

CPSEC

**Companhia Paulista
de Securitização**

LEGISLAÇÃO

- A **CPSEC** foi criada em 15 de outubro de 2009 Pela Lei Estadual 13.723/2009.
- CONVÊNIO ICMS nº 104/02 e CONVÊNIO ICMS nº 51/2007.
- Lei Complementar nº 24, de 7-1-1975.
- Lei nº 4.595, de 31-12-1964
- Constituição do Estado de São Paulo: Artigo 176 - São vedados:(...) inc. IV.
- Resolução do Senado Federal nº 43/2001, em seu art. 3º, § 1º, I e 5º, I- alterada pelo RSF nº 17, de 2105, incluindo o inc. VII e §§.

LEGISLAÇÃO

- Lei Federal nº 11.079, de 30-12-2004, artigo 9º: Lei da Sociedade de Propósito Específico.
- Lei de Responsabilidade Fiscal- LC 101/2000.
- Acórdão do TCU nos autos do procedimento TCo16.585/2009-0.
- Projeto de Lei do Senado nº 204, de 2016.
- Constituição Federal de 1988: *artigo 22, incisos VI e VII*

Lançamentos de Títulos

- Em 2012, baseada no Programa Especial de Parcelamento PEP do ICMS (PEP 1), a primeira emissão de debêntures. Em seguida, a Cessão dos Direitos Creditórios pelo ESTADO DE SÃO PAULO à CPSEC, a primeira emissão de debêntures, no valor de
- **R\$ 600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais).**
-
- Em 2014, baseada no Programa Especial de Parcelamento -PEP do ICMS (PEP 2), realiza a segunda emissão de debêntures no valor de
- **R\$ 800.000.000,00 (oitocentos milhões de reais).**
-
- E, em 2015, realiza a terceira emissão de debêntures no valor de
- **R\$ 740.000.000,00 (setecentos e quarenta milhões de reais).**
-

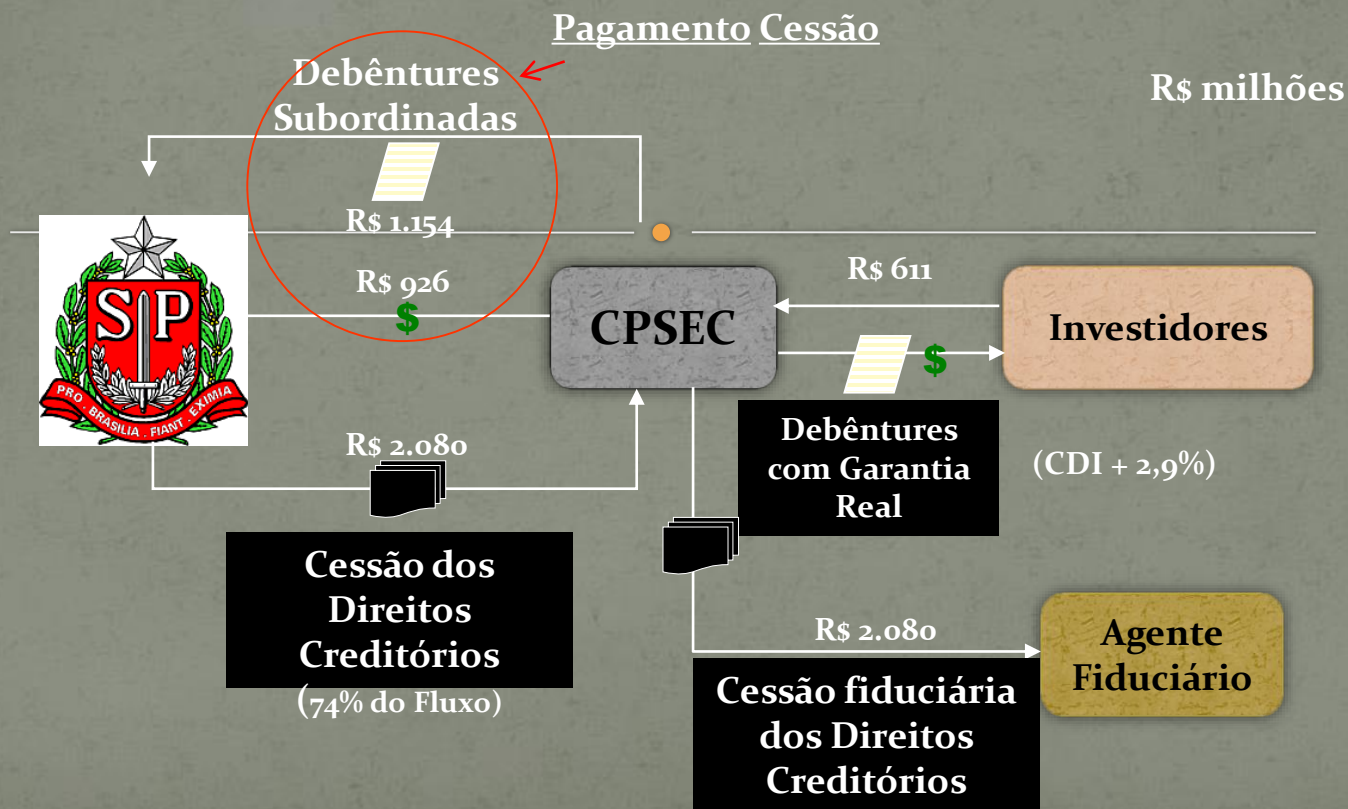
CONTRATAÇÕES NECESSÁRIAS

(conforme apresentação do programa em Ribeirão Preto/SP pelo Pres. da CPSEC Jorge Ávila)

- *Instituição intermediária*
 - *Advogados*
 - *Auditoria dos recebíveis*
 - *Agência de rating*
- *Agente fiduciário*
- *Banco mandatário*
- *CETIP*
- *Manutenção do rating*
- *Auditoria independente*
- *Publicações legais*

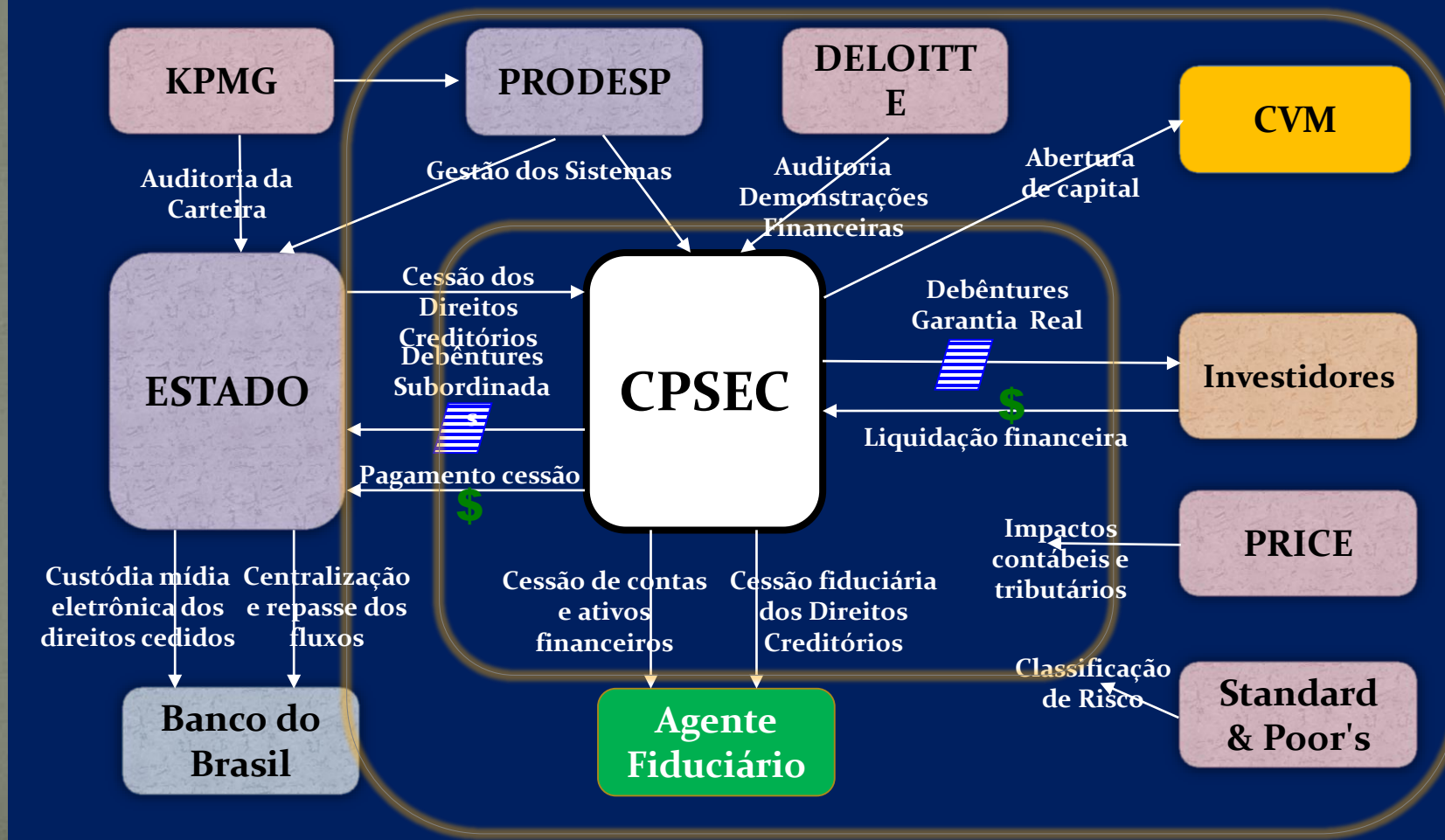
COMPANHIA PAULISTA DE SECURITIZAÇÃO - CPSEC

Cessão e Emissão (Fluxo vincendo de R\$ 2,8 bi na data de cessão)

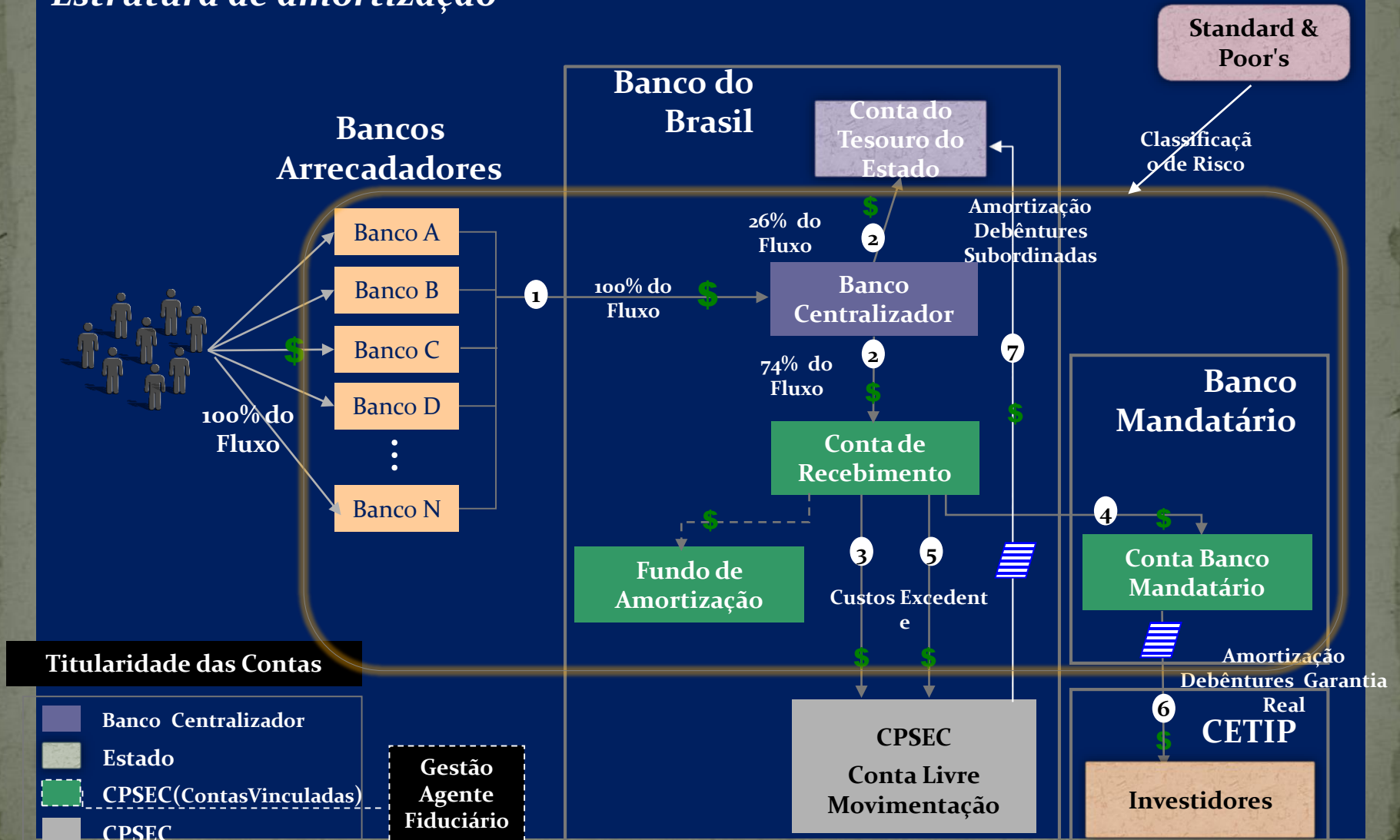


COMPANHIA PAULISTA DE SECURITIZAÇÃO - CPSEC

Estrutura de emissão



Estrutura de amortização



Parece complicado?

A Dívida Ativa não sai do Lugar.

A cessão de crédito não ocorre de fato, pois a transferência se aperfeiçoaria com a tradição dos parcelamentos dos programas e seus devedores.

A Execução da Dívida Ativa continua sob a titularidade da PGE que recebe seu 1%. Os Municípios também, conforme previsão constitucional.

Qual o Custo dessas Operações? 26%, 30% 50%?

Possivelmente este último percentual, em razão dos descontos dos operadores, administradores, bancos, agência de rating, advogados, etc.

Custo x Risco?

- CDI+ 2,9 - custo indicado no Prospecto Preliminar.
- Aplicação de Deságio das Debêntures Seniores, exceção do percentual da PGE e dos Municípios.
- Contratos com os Investidores não estão disponíveis: Na exposição em Ribeirão Preto o Presidente Sr Jorge Ávila disse que só CVM ou por meio de ordem judicial.
- Riscos Inerentes recairão sobre o Estado de São Paulo

Como foi feita a operação:

• Passivo Circulante	2015	2014
• Debêntures	526.184.880	342.657.624
• Passivo Não Circulante		
• Debêntures	5.762.579.210	6.458.668.543
• Patrimônio Líquido	276.785.846	274.133.991
• Total Passivo+PL	6.574.069.636	7.083.165.388